

PELA RELAÇÃO HISTÓRIA E MEMÓRIA, A TRAJETÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (1968-1985)

BY THE RELATIONSHIP BETWEEN HISTORY AND MEMORY, THE TRAJECTORY OF THE FEDERAL TECHNICAL SCHOOL OF RIO GRANDE DO NORTE (1968-1985)

Aline Cristina da Silva Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: aline.prof.his@gmail.com

Olivia Moraes de Medeiros Neta

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Orcid.org/0000-0002-4217-2914

E-mail: olivianeta@gmail.com

O objetivo desta investigação é analisar a trajetória da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), tendo por recorte o ano de 1968, ano de sua fundação, e 1985, ano em que convencionalmente os historiadores remetem ao término da Ditadura Militar no Brasil.

Nos deparamos a priori com a limitada quantidade de fontes documentais no arquivo do então Instituto Federal do Rio Grande do Norte, por isso a importância de identificarmos as interfaces entre os personagens sociais que viveram o cotidiano da instituição e os mais remotos vestígios desse passado.

O atual Instituto Federal do Rio Grande do Norte passou por várias nomenclaturas ao longo dos anos. Em 1909, foi Criada a Escola de Aprendizes Artífices, depois em 1937, como Liceu Industrial de Natal, 1942, Escola In-

dustrial de Natal, 1965, Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte, passando em 1968 à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), em 1999, a Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET-RN), até o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), em 2008.

MEMÓRIA E NARRATIVA HISTÓRICA

Para Maurice Halbwachs (1990) a memória coletiva é composta por lembranças reais que se juntam a uma massa compacta de lembranças fictícias, que podem ser construídas a partir do compartilhamento de signos e imagens de outros agentes sociais que, ao participarem de um mesmo tempo histórico, colaboram para a ressignificação de nossa memória individual. Portanto, depoimentos de outras pessoas corrigem e reorientam nossas lembranças.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre os outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Em nossa pesquisa identificamos esses elementos da memória coletiva. A medida em que realizávamos as entrevistas, eventos e informações iam se ajustando as teias das memórias como reflexos da construção narrativa de cada sujeito individualmente, mas também coletivamente. Nossos colaboradores se dividiram entre ex alunos, um que estudou de 1968 a 1970, dois que estudaram no final da década de 1970 e dois que estudaram em meados da década de 1980; e dois docentes, um começou a lecionar na escola em 1968 e outro em 1980.

A dimensão prática envolve todo o percurso da investigação, definição do objeto, escolha dos entrevistados, divulgação dos resultados... A materialização das entrevistas iniciou-se com o contato inicial, esclarecendo para os colaboradores como seria a gravação da voz ou vídeo, quais procedimentos de transcrição e quais os usos da narrativa e publicização de resultados. Em nossa investigação consideramos o narrador sujeito ativo, com base na concepção de cocriação definida por Portelli (2016). Parte daí o princípio de respeito com o outro em sua subjetividade que remete a dimensão ética da pesquisa.

Para além das regulamentações da ética em pesquisas sociais, é preciso considerar os limites de investigação. “A primeira pergunta que precisa ser considerada, neste quesito, direciona-se à relação entre os participantes da entrevista: até onde pode um entrevistador se aprofundar em questões íntimas ou nos segredos dos entrevistados?” (MEIHY; SEAWRIGHT: 2020, p. 171). Sabemos que não há separação entre acontecimentos sociais e a história de vida dos sujeitos, mas até onde podemos ir quem define é o colaborador, desde a liberdade de fala, até a conferência do texto e sua autorização.

Já a dimensão jurídica diz respeito a segurança legal de ambas as partes, por meio das cartas de cessão de entrevista. No nosso caso usamos uma para gravação de voz e uma para uso de imagem e vídeo. Após a transcrição os entrevistados foram novamente contatados e seguiram-se o processo de acordo para a versão final que poderia ser publicizada.

Retomando Maurice Halbwachs, ele prolonga os estudos de Émile Durkheim, ao analisar a precedência do fato social e do sistema social sobre os fenômenos psicológicos e individuais. Nesse trabalho percebemos como os fatores sociais contribuíram para construção da visão dos estudantes e professores sobre a ETRN, não somente em relação aos acontecimentos do período narrado, mas, também em relação as trajetórias de vida e quem esses sujeitos são na atualidade. Por isso, entendemos a memória como fenômeno social, pois o “[...] simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.” (BOSI, 1994, p. 55). Dito de outro modo, a menor alteração do ambiente modifica a imagem íntima da memória, por isso Maurice Halbwachs amarra a memória individual ao grupo e, conseqüentemente, à tradição.

Convergindo com essa perspectiva, Michel Pollack (1992) ressalta a ligação entre a memória e as identidades sociais, sobretudo quando se trata da história oral. Nesse sentido, para além das funções psicológicas apresentadas anteriormente, coexistem elementos relacionados a acontecimentos vividos pessoalmente e vividos por “tabela”, seria uma espécie de memória herdada, projeções ou transferências de memórias. Poderíamos exemplificar com o fato de que pouco lembramos da nossa primeira infância, fase em que os sujeitos não possuem uma definição clara de seu lugar dentro do organismo social. No geral, temos lembranças herdadas dos parentes mais próximos que ao

repetirem narrativas, associadas a objetos e fotografias de nosso passado mais longínquo, nos permitem fazer uma construção artificial da memória. A ação de comunicar lembranças organiza e socializa a memória. Assim, entendemos que

O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. [...] de resto, as imagens do sonho não são, embora pareçam, criações puramente individuais. São representações, ou símbolos, sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador: cuidados, desejos, tensões... “As noções gerais permanecem em nosso espírito durante o sono, nós continuamos a fazer uso delas, a senti-las ao nosso alcance.” No quadro dessas “noções gerais”, que não abandonam o homem, sequer no sonho, destacam-se as relações de espaço [...], as relações de tempo [...], as relações de causa e consequência [...]. As categorias, que a linguagem atualiza, acompanha nossa vida psíquica tanto na vigília quanto no sonho. Na vigília, de modo coeso; no sonho, de modo frouxo e amortecido, mas identificável. As convenções verbais produzidas em sociedade constituem o quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva. (BOSI, 1994, p. 56).

Ao colocar a linguagem como o elemento mais estável da memória coletiva, Bosi sinaliza para a importância da sistematização dessa memória, colaborando para evitar a amnésia, problema, que em termos comparativos não atinge somente o indivíduo, mas também a memória coletiva, ocasionando perturbações graves de identidade (LE GOFF, 2003, p. 421), isto posto, precisamos trazer à discussão a trajetória da EFRN e sua relação com a Ditadura Militar brasileira sob a égide das Leis de Segurança Nacional e todo aparato ideológico que circundava o país de modo geral e, especialmente na educação.

Pela natureza própria da Ditadura no Brasil tivemos décadas de silenciamento, os personagens envolvidos lidam com uma memória traumática, que em alguns casos acarretaram esquecimento, ou simplesmente o medo de expressar os fatos. Michel Pollack (1989) traz à tona essas inquietações, acrescentando a noção de memória em disputa e colocando a história oral como uma abordagem que reivindica outros espaços na produção das memórias.

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Me-

mória oficial”, no caso a memória nacional. [...] essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. [...]. (POLLACK, 1989, p. 4).

O não dito, geralmente tem uma conotação política. “[...] Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (LE GOFF, 1924, p. 422). O enfretamento de dificuldades em encontrar documentações específicas no arquivo da instituição nos fez recorrer a história oral, a qual nos permitiu acessar algumas intersubjetividades relacionadas a história da ETRN.

O uso da história oral nas narrativas históricas não é uma novidade moderna, Heródoto e Tucídides (século V a.C.) já empregavam esse mecanismo para discorrer sobre o passado, muito embora não tivessem o recurso da gravação dos relatos. No século XIX com o predomínio do positivismo na pesquisa histórica o documento escrito era quase sagrado, os relatos orais passaram a serem vistos como incapazes de servir como prova histórica, dada a sua subjetividade e as características próprias da memória que é imbuída de seletividade e falhas.

Na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, os pesquisadores passaram a conceder espaço maior aos métodos qualitativos de investigação científica. “[...] O recurso do gravador portátil, a partir dos anos 1960, permitia ‘congelar’ o depoimento, possibilitando sua consulta e avaliação em qualquer tempo [...]. As entrevistas passaram a ter estatuto de documento. [...]” (ALBERTI, 2005, p. 19). Essa nova forma de documentação histórica exigia a compreensão do depoimento como uma versão do passado, que é apreendido e interpretado de diferentes maneiras.

Assumimos os depoimentos como uma cocriação entre entrevistados e entrevistador, “[...] A história oral, então, é primordialmente uma arte da escuta.” (PORTELLI, 2016, p. 10). A produção da entrevista como um documento perpassa não somente pela articulação das perguntas feitas pelo historiador, mas pela atmosfera de troca de olhares, respeito e cooperação.

Focamos não somente no evento, mas na relação que se estabelece entre o lugar e o significado do evento dentro da vida dos narradores. Há que se levar em consideração o conjunto de relações que a história oral implica,

segundo Alessandro Portelli (2016): o diálogo, a memória, a História e as histórias, a oralidade da fonte e a escrita do historiador.

INTERFACES POLÍTICAS NO BRASIL E RIO GRANDE DO NORTE NA DITADURA MILITAR

O cenário político do Brasil antecedente ao golpe civil-militar de 1964 foi marcado pela alta inflação e um governo centrista e conservador de João Goulart, popularmente conhecido como Jango, sucessor de Jânio Quadros que havia renunciado ao governo no mesmo ano de sua posse em 1961. Internamente Jango mantinha algumas fumaças nacionalistas como o apoio do movimento sindical e dos jovens estudantes. Por outro lado, era um governo marcado pela influência dos militares, especialmente com formação norteamericana. Contradição que levaria ao colapso de sua gestão por falta de apoio político. Ele buscava uma abertura para esquerda, que era como conciliar o inconciliável e tentava apoio também para realização das reformas de base, sem muito sucesso. Simultaneamente se desenhou uma conspiração militar que instauraria a ditadura que durou aproximadamente 21 anos. Havia um grupo de sargentos apoiadores de Jango, mas não irromperam nenhuma resistência, caso contrário poderíamos ter entrado em guerra (CUNHA; GÓES, 1996).

O pretense combate ao comunismo dava o tom do golpe orquestrado pelos norteamericanos. Os militares tentaram impedir, inclusive, a posse de Jango, por ele ser considerado “muito de esquerda”. Para acirrar ainda mais os ânimos, no dia da renúncia de Jânio Quadros, Jango se encontrava em uma visita a República Socialista da China, o que deu margem para ser considerado comunista. A proposta conciliadora foi o estabelecimento do parlamentarismo que teve fim apenas em 1963 com um plebiscito popular. A crise em curso, não foi controlada e o ano de 1962 terminou com uma inflação acima de 50% e um forte descontrole econômico, a solução apontada por Jango foi o Plano Trienal, que pretendia reestruturar o país até 1965, mas em vez disso, ela chegou a 80% no final de 1963.

Jango perdia apoio tanto da direita, quanto da esquerda. Daí em diante foi só questão de tempo a tomada do poder pelos militares apoiados por várias frentes sociais. Sobre esses grupos, assim afirma Motta (2014, p. 8)

Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham uma frente heterogênea, representando tanto diferenças sociais quanto ideológicas, o que tornou possível reunir uma coalizão tão ampla em torno de um programa afirmativo. Liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até alguns grupos reformistas moderados receberam com alívio o golpe, pois haviam perdido a confiança no governo de João Goulart. O único consenso era negativo: tirar do poder um governo acusado de conduzir o país para o precipício.

Em 31 de março de 1964, comandados pelo general Olímpio Mourão Filho, tropas do exército em Minas Gerais, se articularam para tomada do poder e em 1º de abril do mesmo ano Costa e Silva proclamou-se “Comandante do Exército Nacional” e líder do “Comando Supremo da Revolução”, assim chamada pela coalizão golpista. Daí se seguiram ações de aparelhamento do estado, perseguições, prisões... Uma cultura política pautada na coerção e na tortura como política de estado. Em um breve resumo dos 21 anos que os militares permaneceram no poder, foram 17 atos institucionais, 130 atos complementares, 11 decretos e 2.260 decretos-leis, banimento de pelo menos 80 brasileiros, cerca de 400 mortes ou desaparecimentos, centenas de prisões. Esses dados foram publicados no primeiro governo civil após a ditadura, segundo Cunha e Góes (1986).¹

Enquanto isso, no Rio Grande do Norte duas grandes oligarquias conservadoras e rivais se sobrepujaram na esfera política local, representadas principalmente pelo senador Dinarte de Medeiros Mariz e o governador Aluizio Alves e como terceira força emergia o prefeito Djalma Maranhão, de esquerda nacionalista e anti imperialista. Ele incomodava por imprimir uma administração democrata popular e de esquerda (GALVÃO, 1994). Embora o governador, Aluizio Alves, e o prefeito, Djalma Maranhão, tenham sido eleitos no ano de 1960 em uma aliança política denominada “Cruzada da esperança”, em poucos meses de administração as divergências vieram à tona.

¹ Neste contexto o Brasil aproximou-se dos ideais da Doutrina de Segurança Nacional, criada pelos norte-americanos durante a Guerra Fria, tentando impedir a expansão do comunismo pelo mundo. Após esse momento, perdeu a noção de segurança coletiva e o conflito ideológico como fundamento para eliminação dos fatores adversos que perturbassem a ordem, ideologia inspiradora para as ditaduras que se consolidavam nas américas. Os militares brasileiros, e em seguida os governos militares, tiveram uma aproximação singular com os fundamentos da Doutrina, em função da presença norte-americana em Natal durante a II Guerra Mundial e a ida de muitos militares brasileiros para centros de formação nos EUA (BORGES, 2007).

Por um lado, tínhamos o governo do Estado suprido por recursos financeiros oriundos da “Aliança para o Progresso” e por outro a prefeitura, com dificuldades econômicas, que era administrada em uma perspectiva popular priorizando a conscientização política e democratização da cultura, a exemplo da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, solapada logo que os militares assumem o protagonismo político.

Enquanto o governo do Estado usava os dólares americanos em seus programas de educação, a Prefeitura, com recursos próprios, oferecia escolas para a alfabetização das crianças de Natal e divulgava o slogan ESCOLA BRASILEIRA COM DINHEIRO BRASILEIRO. As divergências políticas radicalizaram-se, trazendo para o ambiente do Estado as mesmas lutas que, no início dos anos sessenta, dividiam o país entre forças de direita e esquerda. (GALVÃO, 1994, p. 3-4).

Logo que o golpe é anunciado, a cidade do Natal sente seus dramas. O governador Aluizio assume o lado dos golpistas e, paralelamente às investigações dos militares, cria uma comissão de investigação, responsável por punir, prender e processar os supostos subversivos no âmbito do Estado, dando origem mais adiante ao que ficou conhecido como Relatório Véras, ação bem peculiar do governo do Rio Grande do Norte.

Por outro lado, o prefeito Djalma Maranhão, emitiu uma nota de apoio ao Presidente João Goulart acirrando as disputas políticas locais. Segundo Mailde Pinto Galvão (1994), ele emitiu uma nota oficial do governo municipal de Natal, na qual declarava que a Prefeitura do Natal se tornara, a partir daquele primeiro de abril, o “quartel general da legalidade e da resistência”². Tal posicionamento culminou em sua prisão logo no dia seguinte. O Moacyr de Góis, então secretário de Educação do município, assim descreve a prisão do prefeito...

Naquela tarde de 2 de abril, sem querer vi a prisão do prefeito Djalma Maranhão. Estava no Departamento de Pessoal, onde fora apanhar uma guia para levar Moacyrzinho ao hospital [...] e o zum-zum dos funcionários me chamou atenção. Entre soldados do Exército, Djalma Maranhão descia as escadarias da Prefeitura. Corri à janela para ver e vi o meu Prefeito sendo embarcado num Jeep militar. Gravado no Jeep o selo que indicava a doação do veículo ao Exército pela “Aliança para o Progresso”. Terrivelmente simbólico e revelador. (GÓIS, 2004, p. 37).

² Essa declaração foi publicada no Jornal Diário de Natal

A prisão do prefeito revelava a polaridade que se consolidava na cidade, governo X prefeitura, ideais e posições diferentes frente ao golpe. Indicava também a violência dos golpistas para com seus opositores, ao menor sinal de discordância.

Um clima de guerra se instaurou na cidade, jipes e caminhões do exército ocuparam as ruas com militares armados. A invasão da prefeitura e perseguição aos seus funcionários, as prisões, o desmonte dos projetos educacionais de cunho popular e as comemorações pelo golpe indicavam a cultura política que se consolidava naquele momento em todo país e que ganhava a cidade do Natal também.

E A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE NA DITADURA MILITAR?

No âmbito educacional a repressão dava o tom da mudança. Foram nomeados interventores para assumir as reitorias das principais universidades do país enquanto professores e estudantes eram perseguidos e/ou expulsos. Daí seguiram-se os processos de privatizações, expansão do ensino superior particular, salário-educação... O governo abriu precedentes para que as escolas privadas pudessem receber cada vez mais subsídios do estado para funcionarem, assim “O governo golpista, e privatista em matéria de educação, não precisou mudar a lei. Foi só aplicá-la em proveito das escolas particulares” (CUNHA; GÓES, 1996).

No primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) de 1962³ na sessão de Normas reguladoras da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, a distribuição ocorreu da seguinte maneira: 75% para atender à manutenção, expansão e melhoria do ensino; 22% para atender ao aperfeiçoamento do magistério, à pesquisa, à realização de congressos e conferências; e a mobilização nacional contra o analfabetismo; e de 3% para bolsas-de-estudo a alunos a serem educados em condições especiais, por falta de escola adequada. Segundo Cunha e Góes (1996) no ano de 1965 esse recurso de 3% passa a 5% referente as bolsas destinadas ao ensino privado.

³ TEIXEIRA, Anísio. Plano nacional de educação. Referente aos fundos nacionais de ensino primário, médio e superior. **Documenta**. Rio de Janeiro, n. 8, out. 1962. p.24-31.

No Ensino Médio essa destinação de verba para a iniciativa privada ficava em aberto ao incluir a rubrica “sem quantitativos definidos” da “educação de excepcionais”. O que abria margem para escoar recursos públicos para o setor privado da educação. Em Natal algumas escolas privadas ganhavam espaço nesse momento a exemplo do Salesiano, Marista, Imaculada Conceição e Nossa Senhora das Neves. O nosso colaborador Evandro Firmino de Souza (2019) relembra a trajetória que os estudantes de Natal costumavam seguir na cidade.

Porque todo mundo, normalmente naquela época, quem terminava o Salesiano e como lá não tinha o científico, quem tinha era o Marista e por ser também Colégio de padre, todo mundo ia para o Marista. Quem podia, na realidade né, quem não podia ia para o Atheneu ou então para o Churchill.

Contexto que reafirma a dualidade educacional vivenciada no país como um todo e em Natal não foi diferente. Aos filhos das classes trabalhadoras reservavam-se o Ensino de caráter profissional e para os filhos das elites um ensino propedêutico bem estruturado e que recebia subsídio do governo federal, prática institucionalizada pela ditadura.

A Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, regulamentada em 1968, assumia um lugar paradoxal nesse contexto. Era uma escola de origem centenária, voltada para atender aos pobres e desvalidos da sorte, no entanto, ganhava prestígio por seu sucesso nos resultados em jogos escolares e ingresso dos seus alunos no mundo do trabalho e/ou na Universidade. Walter Pinheiro, um de nossos entrevistados assim afirma,

A escola sempre teve uma representação muito forte dentro da cidade, naquele momento histórico era a melhor escola pública que nós tínhamos. Então para o meu pai, por exemplo, era meio que uma obrigação estudar naquela escola. Primeiro porque a qualidade que ela tinha e o que ela oferecia era muito bom. [...] Quer dizer, você entrou na escola você tinha dois caminhos ou você era empregado ou você entrava na universidade, porque era tida como a segunda melhor escola do Brasil naquele momento histórico. E todas as histórias de estudantes que a gente tinha, geralmente mais próximas, e que eu mesmo testemunhei isso, pode não ser a única verdade, mas se empregavam e se empregavam muito bem.

Isso dava visibilidade a instituição e atraía a juventude natalense, não só os filhos dos trabalhadores, mas das classes médias também. Com recursos

oriundos dos Acordos Mec-Usaid, promovidos pela Aliança para o Progresso, foram adquiridos equipamentos e investido em formação e contratação de professores o que tornava a escola ainda mais atrativa (MEDEIROS, 2011).

O Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, é considerado o marco inicial do ensino profissional de abrangência federal no Brasil. O ato criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, que tinham o objetivo de oferecer ensino profissional primário e gratuito para pessoas que o governo chamava de desafortunadas (BRASIL, 1909). Essas instituições reproduziam o modelo taylorista-fordista aplicado nos ambientes fabris, que se caracteriza pela rígida divisão do trabalho. O resultado foi um ensino profissional que se preocupava com a capacitação para uma atividade laboral, sem atender às necessidades de uma formação humana integral.

Em 1914 a Escola muda-se para o prédio da Avenida Rio Branco (Cidade Alta) e passa a ser denominada de Liceu Industrial. Em decorrência dos incentivos a industrialização do então governador Ferreira Chaves, a escola passa a ofertar cursos de desenho, sapataria, marcenaria, funilaria e alfaiataria. (PEGADO, 2010).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve uma paralisação nas indústrias europeias e o Rio Grande do Norte ganhou destaque na produção algodoeira, objetivando suprir as fábricas têxteis do Sudeste em crescimento no período. Acentuou-se assim, o caráter primário da economia local do Estado. Posteriormente a única fábrica de fiação de tecidos de Natal seria fechada em 1925.

No final da década de 1930, eclode o segundo grande conflito de proporções mundiais que influenciou diretamente a história da cidade de Natal. Os americanos consolidaram o seu Quartel General do Atlântico Sul na base Aérea de Parnamirim (PEGADO, 2010) que por ocasião pertencia a Natal. Toda a sociedade brasileira voltava-se ao desenvolvimento da grande indústria, e especificamente na Educação Profissional temos a substituição do termo Liceu Industrial por Escola Industrial de Natal e o seu ensino é reestruturado como grau de primeiro ciclo médio. O objetivo era cada vez mais atender as demandas do mundo do trabalho, formando a juventude para atuar nessas indústrias.

Com o final do conflito e a queda do Estado Novo, a industrialização crescente aumentou a demanda de mão-de-obra especializada, ocasionada

pelo grande aumento nas importações de máquinas e matérias-primas para o desenvolvimento da indústria brasileira, decorrente da abertura da economia patrocinada pelo Governo Dutra, sucessor de Getúlio (PEGADO, 2010).

Apesar da manutenção do caráter agrário da economia potiguar, houve um gradativo crescimento no setor de serviços entre os anos de 1950 e 1970. A partir da década de 1970 novas experiências se desenvolveram nos domínios da organização industrial e da vida social, caracterizado pela flexibilidade dos processos de trabalho, de mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 2012). O foco agora se volta para a produção de acordo com a demanda, ou seja, a economia de escala foi substituída pela economia de escopo, sendo esta última distinguida pela produção em pequena escala de produtos diversos em curto espaço de tempo.

As transformações econômicas e sociais ocorridas nos anos 70, associadas ao acirramento da concorrência mundial no mundo capitalista e ao emprego de novas tecnologias, configurando o que se convencionou chamar de Terceira Revolução Industrial, contribuíram para afirmar e moldar um novo processo de acumulação de tipo flexível. (ABRAMIDES; CABRAL, 2003, p. 3).

As etapas do processo de produção não mais ocorreriam em um único local, as empresas passaram a dinamizar o processo fabril, terceirizando alguns serviços. As peças que antes eram produzidas no mesmo local de montagem, agora poderiam ser oriundas de diferentes locais do mundo. Aspecto que somente foi possível, devido à globalização.

Especificamente no Estado do RN, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) desenvolveu grandes obras e demandaram algumas carreiras técnicas especializadas. Diante disso, as Escolas Industriais são novamente reestruturadas, agora passam a ser Escolas Técnicas. Em Natal, essa condição só se efetivou em 1968, quando a instituição passa a se chamar Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Uma das novas condições de acesso as essas escolas, era ter concluído o antigo ginásio, atual ensino fundamental. Ou seja, a escola passou a ofertar o ensino de Segundo Grau e se muda para o novo prédio na Avenida Salgado Filho, construído especialmente para abrigar a nova instituição. A mudança de prédio foi recebida com insegurança por muitos funcionários e professores, dada as características urbanas da cidade no momento.

O professor da oficina de Eletricidade, Nivaldo Calixto Torres, também se recorda que essa transição fora um momento de muita lamentação. “[...] Porque nós nos situávamos no centro de Natal. E em 67 aqui era deserto”, justifica. “Então teve gente que disse que ia pedir demissão porque não ia trabalhar dentro dos matos. [...] O meio de transporte era difícil. [...] A Escola aqui, muito grande [...], a gente se assustou com essa dimensão”. Marion Paiva da Rocha, professora de Matemática, ingressara na Instituição em 1968, depois de ocorrida a mudança para o prédio novo. Ela diz que morava no Alecrim e que já possuía carro, de modo que não tinha dificuldades de chegar à escola. “Sobrava espaço. Era uma estrutura muito grande para a Natal daquela época. Existia muito terreno sem construção. Era um mundo. Era uma realidade que você dizia: isso não vai encher nunca”, recorda. “O espaço onde a escola foi construída na década de [19]60 era o fim da cidade. Aliás, a cidade terminava na faculdade de odontologia”. (MEDEIROS, ano p. 92).

A instituição foi construída próxima as indústrias que começavam a surgir na cidade, mas em termos de sociais era bem distante dos setores urbanos de moradia, o que gerava insegurança entre a comunidade escolar.

Todo esse cenário de inauguração da ETRN estava associado também a regulamentada a profissão do técnico industrial ocorrida no decorrer da década de 1960, que passa a corresponder ao Segundo Grau (hoje Ensino Médio) como já mencionado anteriormente.

A perspectiva era formar mão-de-obra que suprisse as mais novas indústrias, sobretudo no denominado “Milagre Econômico Brasileiro”. Essa política econômica adotada no governo de Emílio Garrastazu Médici priorizou o crescimento das indústrias por meio subsídios e incentivos fiscais. Houve um crescimento na área da Construção Civil, liberação de crédito também para o setor agrícola. As Escolas Técnicas Federais serviam como espaço ideal para suprir essas demandas do mercado, ao mesmo tempo em que disciplinava essa juventude para obediência, como aponta Walter Pinheiro (2019):

Dentro do conjunto da escola existia um tensionamento de quem era pela rigidez, pela disciplina e o argumento que se utilizava era que a escola precisava ter uma atmosfera de empresa. Quer dizer dentro de uma empresa você não questiona o seu patrão, você cumpre as regras, cumpre a ordem. Então compreendia-se que a educação deste profissional técnico da escola dava-se a todo instante, em todo momento, e por isso a cobrança.

Em todas as entrevistas realizadas há uma referência a essa rigidez da instituição, característica que não era peculiar apenas durante a Ditadura, mas desde sua fundação que há esse foco na disciplina e cumprimento de regras, dando a escola uma atmosfera de empresa, como disse Walter Pinheiro.

Esse foi o período em que o governo investiu nas chamadas obras faraônicas como a construção da Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Havia também incentivo a entrada de capital estrangeiro que acabou movimentando a economia e dando ares de recuperação econômica, no entanto, havia grande concentração de renda, diminuição do poder de compra das classes populares, dada as altas taxas de inflação e dívida externa. O milagre aconteceu, não há dúvidas, mas para uma pequena parcela da população. O legado desse período foi desemprego, aumento da dívida externa e da inflação.

O país passava por esse surto de industrialização ao mesmo tempo em que imprimia uma política de disciplinarização dos contingentes populacionais. As escolas de formação para o trabalho eram espaços ideias para formar uma juventude apta para o mercado e ao mesmo tempo obediente, não à toa a marca dessas instituições era a disciplina e a rigidez. Muitos dos estudantes da ETRN foram contratados por empresas que emergiram nesse período do milagre econômico. O nosso colaborador Evandro Firmino (2019), estudante da ETRN no final da década de 1970 assim explica o início da sua trajetória profissional,

Eu fiz o curso de estradas, me formei e fui para o Rio Grande do Sul fazer estágio lá, começou a trajetória aí, em 1980 quando eu voltei fui convidado, como havia uma carência naquela época de professores para as matérias técnicas, e eu tinha passado dez anos, tinha feito curso em São Paulo na Barber Greene, que era uma empresa de construção de usinas de solo, de asfalto, de britadores e eu tinha feito um estágio lá de 4 meses, aí dei a sorte e aí a vida da gente tem dessas coisas, porque eu nunca pensei ser professor na minha vida.

Embora a escola tivesse essa abertura para entrada no mercado de trabalho, por meio do serviço de integração escola-empresa, o RN não possuía indústrias suficientes para absorver todos os egressos dos cursos técnicos, daí porque muitos migravam para outras cidades do país.

A cultura escolar da ETRN era herdeira do modelo implantado pelo Estado Novo, focada no disciplinamento, na veiculação dos ideais de pátria, Deus, família. Não era aceitável que seus estudantes participassem de movimentos sociais tidos como subversivos. Embora alguns desobedecessem a tais

determinações, a maioria acabava por se silenciar, inclusive por obediência aos pais também.

Eu lembro perfeitamente. Minha mãe era uma mulher que viveu à frente para aquela época. Lá em casa se falava muito em ditadura, em golpe, mas tudo muito escondido, o medo era muito grande. Meu irmão mais velho saiu daqui e foi morar no Rio de Janeiro, estudar, fazer engenharia eletrônica lá e ele era envolvido com essas coisas. Mamãe vivia apavorada, com medo de que ele fosse pego, que ele fosse para os porões da ditadura. Então ditadura era um assunto constante na minha casa: – “É aqui dentro e não se fala mais lá fora, se conversa aqui dentro de casa, é um assunto que morre aqui”. (Depoimento de Margareth Mendonça).

A juventude *Etferniana*, assim como ocorria em todo país, foi silenciada. O movimento estudantil foi suprimido em âmbito nacional e local logo que o golpe se consolida, ao mesmo tempo em que diversas Universidades tiveram seus reitores, alunos e professores cassados. Na ETRN, em menor escala, esses efeitos também foram sentidos. Alunos e professores sofreram investigação, havia convocação para depor sobre atitudes suspeitas e prisões, como ocorreu com o Prof.^o João Faustino (PEGADO, 2010, p. 43).

Essas medidas do governo eram denominadas de limpeza ideológica e atingiu com mais profundidade as instituições de ensino superior. No âmbito das escolas federais havia um controle maior que impossibilitava algumas mobilizações da juventude. A quantidade de Inquéritos Policial-Militares – IMP instalados no Brasil foram assustadores, em torno de 760 só no ano de 1964. Por isso, para Motta (2014) o processo de “crescimento” do Brasil nessa fase se caracterizou como uma modernização conservadora, as frentes governamentais almejavam um país de primeiro mundo, para isso implementavam reformas nos diversos níveis educacionais, ao mesmo tempo em que perseguia e prendia seus intelectuais.

Dentro da ETRN, o estudante Luiz Gonzaga, envolvido no movimento estudantil anteriormente a Ditadura, lançou na escola o jornal que era datilografado e fixado em cartolinas pelos corredores da escola, muitas vezes esse jornal era rasgado ou pichado, justamente por possuir teor neointegralista. Em 1966, Luiz Gonzaga aceita a sugestão de se tornar presidente do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha, tendo sido apoiado pelo então inspetor de alunos.

Sob o lema “Deus, pátria e família”, a gestão de Luiz Gonzaga Cortez à frente do Centro Littero-Recreativo Nilo Peçanha fora marcada pela publicação dos dois jornais citados, que traziam, como epíteto, a expressão “porta-voz dos alunos da Escola Industrial”. A primeira edição saía em junho de 66, com quatro páginas, e a segunda, em setembro, num total de oito páginas, com textos de vários colaboradores, entre eles, José Cinane de Medeiros, Jurandir Bezerra de Oliveira, Rubens de Azevedo Maia e José Gilson de Oliveira. Em seu editorial, o “Manda Brasa” deixava bem claras as pretensões dos redatores: “[...] prometemos lutar em defesa dos nossos interesses, pela revolução democrática de 31 de março, pela democracia e a nossa fé cristã e jamais dormiremos na luta contra o comunismo ateu, internacional e totalitário”. (MEDEIROS, 2011, p. 104).

Os princípios da Doutrina de Segurança Nacional revelam-se na narrativa dos responsáveis pelo jornal. Há explicitamente a exaltação à pátria a aos valores de uma sociedade conservadora, a versão do Golpe de 1964 como sendo uma revolução democrática que prometia evitar a disseminação do comunismo, que contrariamente era ateu, internacional e autoritário.

Embora as ações de Luiz Gonzaga estivessem em sintonia com o projeto de doutrinação do governo, outros estudantes que compunham a direção do Centro Littero-Recreativo, desagradavam a gestão. Em 1967, Luiz Gonzaga foi expulso da escola. Antes mesmo de começar a vigorar o Decreto-lei nº 477/69, que disciplinava alunos, professores e funcionários das instituições públicas e privadas de ensino.

Durante a década de 1960 o movimento estudantil dispunha de várias organizações representativas: os DCEs (Diretórios Centrais Estudantis), as UEEs (União Estaduais dos Estudantes) e a UNE (União Nacional dos Estudantes), entre outras. A ação dos estudantes influenciava significativamente os rumos da política nacional, assim que o golpe foi deflagrado em 1964, o movimento foi solapado. A partir daí há um processo de reordenamento, o movimento continuou existindo na ilegalidade, tornando-se uma das principais forças de resistência aos governos ditatoriais nos primeiros anos de recessão. O cenário de maior atuação foi na cidade do Rio de Janeiro, onde ocorriam passeatas, manifestações, pichações, ocupações de prédios públicos etc.

Em 1968 emergiu uma série de manifestações lideradas pelos estudantes em resistência à Ditadura. No Rio de Janeiro, o estudante Edson Luiz morreu em confronto com a polícia militar, causando comoção nacional. No Rio Grande do Norte, os estudantes da ETRN mobilizaram uma greve na tentativa de

participarem de uma missa, na antiga Catedral, em memória do aluno morto no Rio de Janeiro, mas foram impedidos pelo então diretor da escola. As manifestações se seguiram nos primeiros meses de 1968 no Rio, repercutindo na,

[...] “Semana Sangrenta”, como foi nomeada a sequência dos dias 19, 20 e 21 de junho de 1968, foi decisiva para a mudança dos rumos da oposição ao regime militar brasileiro. Em virtude da grande violência policial sobre os estudantes e da ampla cobertura da imprensa, a sociedade civil passou a contestar de forma mais veemente a ditadura que se instalara desde 1964. Logo após a “Sexta-feira Sangrenta”, dia de maior violência nas ruas durante o período militar, uma grande mobilização foi articulada pelos estudantes e intelectuais como resposta ao que estava acontecendo. Almejavam uma grande passeata, na qual a sociedade pudesse expor pacificamente seu desejo de democracia. Também não interessava ao governo que conflitos como os da semana anterior se repetissem, pois a cada incidente sua popularidade junto à classe média diminuía. Entretanto, a linha dura do regime via nesses episódios a oportunidade de ampliação do modelo repressivo, e até propôs a decretação do estado de sítio, o que não foi aceito pelo presidente Costa e Silva, mas que, posteriormente, teria influência na criação do Ato Institucional nº 5. (SIQUEIRA, 2014, p. 392-393).

O AI5 representou o principal instrumento de repressão, pois possibilitava o fechamento do Congresso Nacional, suspensão dos direitos de quaisquer cidadãos, cassação de mandatos eletivos, demissões, entre outras possibilidades. Outra medida foi a inserção obrigatória das disciplinas Educação Moral e Cívica – EMC, Organização Social e Política Brasileira - OSPB e Estudos de Problemas Brasileiros. A EMC visava o culto à Pátria, seus símbolos e tradições.

Na ETFRN foi regulamentado o momento cívico em 1969, com hasteamento da bandeira e entoação do Hino Nacional no primeiro momento da manhã todas as segundas-feiras, essa ação demonstra como a cultura política dominante permeou a cultura escolar dessa instituição. Segundo Medeiros (2011), a professora Anaíde Dantas, já havia sido convocada para depor duas vezes nos IMPs, por sua aproximação com o prefeito Djalma Maranhão na “Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler”, ela foi convidada a ministrar a disciplina OSPB e assim relatou essa experiência:

É claro que eu não podia me soltar, por causa que a gente tinha que seguir a disciplina do MEC. Mas eles (os alunos) forçavam a gente. Queriam que a gente dissesse alguma coisa. Só que a gente não podia dizer. [...] A gente seguia o livro OSPB, Organização Social e Política, dali não podia passar, mesmo que não concordasse. A gente não concordava, ultimamente não concordava, mas o ne-

gócio era grosso. E ninguém queria perder o emprego. (DANTAS *In*: MEDEIROS, 2011, p. 107).

O depoimento da professora Anaíde Dantas corrobora para pensarmos as tensões entre os desmandos do governo e a liberdade de expressão e autonomia didática dos docentes, além das relações com os estudantes que também se dividiam entre opositores e defensores da ditadura.

Tais embates criavam um clima de vigilância e disciplinamento constantes na ETRN, ainda pouco discutido pela academia, especialmente no que tange as vozes dos personagens envolvidos. Além de indicar as tensões quanto a construção das representações da memória desse período, para tanto, reunir estes sujeitos e dar eles oportunidade de fala evitará a amnésia social sobre este período da história da instituição.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tendo como pressuposto as concepções de memória e história, entendemos a importância que o discurso dos sujeitos tem para a construção da representação do passado e para a resignificação das memórias individuais que por vezes podem estar difusas. O contato com as vozes dos sujeitos que viveram a atmosfera da escola em suas mais variadas subjetividades nos mostra que essa temática não se esgota aqui, o que fizemos foram algumas reflexões e provocações que indicam a necessidade de maior atenção à Educação Profissional do período. Debate que se encontrará ampliado em nossa tese de doutoramento.

A guisa de conclusão elencamos alguns pontos importantes:

A ETRN foi criada em um contexto político social pautado na repressão e violência. Período em que há um recrudescimento da ditadura com o AI5, seguido das Reformas do Ensino Superior, Reforma da Educação Básica e Regulamentação da formação técnica industrial. Isso reverberou na lógica disciplinadora e uma formação voltada para o mercado, ao mesmo tempo em que os ideais de pátria, Deus e família apareciam no currículo em disciplinas como OSPB e Moral e Cívica. Além de práticas como hasteamento da bandeira, desfiles cívicos e vigilância constantes, dentro e fora da instituição.

Apesar dessa formação voltada para o mercado, muitos dos estudantes da ETRN acabavam por ingressar no ensino superior dada a qualidade do en-

sino e dos profissionais que atuavam na escola. Como indicou Walter Pinheiro “a escola era uma escola da promessa”, os estudantes seguiam dois caminhos, emprego na área técnica ou ingresso na Universidade.

Indicamos ainda alguns temas para trabalhos futuros, ainda em maturação:

As memórias sobre as vivências políticas dentro da instituição são múltiplas. Alguns dos nossos entrevistados disseram que participavam dos movimentos estudantis, que se articulavam dentro e fora da escola. Participando inclusive do processo de transformação dos Centros Literos-recreativos em grêmios estudantis. Mas que seus envolvimento políticos tinham por base as ações desenvolvidas dentro da Igreja Católica, como a Comunidade de Jovens Cristãos (CJC).

Há ainda indícios importantes sobre as questões de gênero dentro da instituição. As duas mulheres entrevistadas apontaram em suas narrativas as diferenças de tratamento no dia a dia e em aulas práticas que exigiam força física, por outro lado elas eram destaques em desfiles nos jogos escolares, desfiles cívicos, eventos culturais.

Tudo isso comprova que muito ainda temos a debater sobre as subjetividades da ETRN para além do que se convencionou resumir por meio das análises curriculares. A escola era, em suas muitas facetas, também um espaço de sensibilidades, lembrada ainda hoje como o local que mudou a história de vida dos que ali passaram.

Resumo: Nosso objetivo neste artigo foi analisar a trajetória da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) sob a ótica das dimensões política, social e econômica entre os anos de 1968, ano de sua fundação, e 1985, ano em que convencionalmente os historiadores remetem ao término da Ditadura Militar brasileira. Lidamos com as memórias de sujeitos que vivenciaram aquele momento político tanto da cidade, quanto da escola, por isso nos embasamos em Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Ecléia Bosi, no que se refere a noção de memória, esquecimento e silêncio. E, quanto a história oral, usamos as obras de Sebe Bom Meihy e Seawright, Alessandro Portelli que nos deram as bases para a compreensão dos usos da história oral como arte da escuta e todo o caminho percorrido entre realização de entrevista, transcrição e publicização dos dados. Este trabalho tem caráter de revisão bibliográfica e faz uso da história oral como metodologia. Ressaltamos que os caminhos trilhados pela ETRN se entrelaçam e até se confundem com os aspectos políticos, econômicos e sociais vivenciados no país e, especialmente em Natal. As reformas educacionais implementadas a partir de 1968 deram o tom das mudanças compreendidas na instituição que ora passara a status de ETRN. Embora haja indícios de perseguição e prisão de professores, funcionários e estudantes, envolvidos no processo de resistência à ditadura; as vozes são dissonantes quanto aos movimentos de resistência dentro da instituição. Isso ocorre porque as vivências são múltiplas dentro e fora da escola.

Palavras-chave: História oral; Memória; Ditadura militar; Educação Profissional; História da ETRN.

Abstract: Our objective in this article was to analyze the trajectory of the Federal Technical School of Rio Grande do Norte (ETFRN) from the perspective of political, social and economic dimensions between the years 1968, the year of its foundation, and 1985, the year in which historians conventionally refer to the end of the Brazilian Military Dictatorship. We deal with the memories of subjects who experienced that political moment both in the city and in the school, so we base ourselves on Maurice Halbwachs, Michael Pollak and Ecléia Bosí, regarding the notion of memory, forgetfulness and silence. And, as for oral history, we used the works of Sebe Bom Meihy and Seawright, Alessandro Portelli who gave us the basis for understanding the uses of oral history as the art of listening and all the path taken between conducting interviews, transcription and publication of the data. This work is a bibliographical review and makes use of oral history as methodology. We emphasize that the paths followed by the ETFRN are intertwined and even confused with the political, economic and social aspects experienced in the country and especially in Natal. The educational reforms implemented as of 1968 set the tone of the changes undertaken in the institution that now had the ETFRN status. Although there is evidence of persecution and imprisonment of teachers, employees and students, involved in the process of resistance to the dictatorship, the voices are dissonant as to the resistance movements within the institution. This occurs because the experiences are multiple inside and outside the school.

Keywords: Oral history; Memory; Military dictatorship; Professional Education; History of ETFRN.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, Maria do Socorro R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, jan/mar. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8839003000100002>. Acesso em: 10 set. 2013.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano - o tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, Lei 5.540 de (Lei Ordinária) 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL, Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 fev. 2019.

BRASIL, Decreto nº 72.538, de 27 de julho de 1973. Regulamenta a formação profissional de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/495178/publicacao/15670742>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL, Ato Institucional Nº 5 de 13 de dezembro de 1968. O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos

eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº. 477 de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados dez Escolas de Aprendizes e Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 5 março 2018.

CARLOS NASCIMENTO DE ANDRADE. Depoimento [Novembro de 2018]. Entrevistadora Aline Cristina da Silva Lima. Natal, 2018. Gravador formato MP3. Duração 42min03s. Entrevista concedida à pesquisa: A IMERSÃO DAS CONSCIÊNCIAS: a doutrina de segurança nacional e a cultura escolar na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1985).

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na Educação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DANTAS, Anaíde. Anaíde Dantas: Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 01 jul. 2010. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (35min). In: MEDEIROS, Arilene Lucena de. **A forja e a pena**: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Natal: IFRN, 2011.

EVANDRO FIRMINO DE SOUZA. Depoimento [Outubro de 2019]. Entrevistadora Aline Cristina da Silva Lima. Natal, 2019. Gravador formato MP3. Duração 1h 6min 38s. Entrevista concedida à pesquisa: A IMERSÃO DAS CONSCIÊNCIAS: a doutrina de segurança nacional e a cultura escolar na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1985).

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964**: aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994.

GÓES, Moacyr de. **Sem paisagem**: memórias da prisão. 2. ed. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2004.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: HALBWACHS, Maurice **Memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990, p. 25-43.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

MARGARETH MAGDA DE SOUZA LIRA MENDONÇA. Depoimento [Outubro de 2019]. Entrevistadora Aline Cristina da Silva Lima. Natal, 2019. Gravador formato MP3. Duração 23m33s. Entrevista concedida à pesquisa: A IMERSÃO DAS CONSCIÊNCIAS: a doutrina de segurança nacional e a cultura escolar na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1985).

MEDEIROS, Arilene Lucena de. **A forja e a pena**: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Natal: IFRN, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe B., SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias Narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PEGADO, Erika Araújo da Cunha. **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI**. 2. ed. Natal: IFRN, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista de estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1992, v. 5, n. 10, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista de estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, n. 3, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. A era dos estudantes: Rio de Janeiro, 1964-1968. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 379-397, 2014.

WALTER PINHEIRO BARBOSA JÚNIOR. Depoimento [Outubro de 2019]. Entrevistadora Aline Cristina da Silva Lima. Natal, 2019. Gravador formato MP3. Duração 37min58s. Entrevista concedida à pesquisa: A IMERSÃO DAS CONSCIÊNCIAS: a doutrina de segurança nacional e a cultura escolar na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1985).

Recebido em Julho de 2021

Aprovado em Agosto de 2021